Eleições de 2018
movimentam partidos políticos mineiros

Um cenário de incertezas

Embora ainda faltem quinze meses para o primeiro turno das eleições, marcado para o dia 2 de outubro de 2018, intensa movimentação já toma conta dos partidos políticos. Além da Presidência da República, em cada estado serão escolhidos o governador, dois senadores, deputados federais e estaduais.

Os cargos chamados "majoritários", isto é, aqueles em que se elege o candidato que obteve a maioria dos votos (presidente, senador, governador, prefeito), usualmente ganham maior atenção, do eleitor e da mídia, durante o período eleitoral. No entanto, a eleição de deputados federais pode se mostrar ainda mais vital para os partidos políticos. O número de cadeiras ocupadas por um partido na Câmara serve de referência para calcular o tempo de televisão nas duas eleições subsequentes. Também o cálculo do percentual do fundo partidário destinado a cada legenda tem essa mesma referência. Não causa estranhamento, portanto, que a prospecção de candidaturas já esteja movimentando os bastidores dos partidos políticos.

Especialistas em publicidade eleitoral têm dito que, neste momento, em Minas Gerais, não há nomes consolidados junto ao eleitor. A exceção era, talvez, até cerca de um mês atrás, o caso das vagas no Senado. Encontram-se em fim de mandato os senadores Aécio Neves (PSDB) e Zezé Perrella (PMDB). Esses dois senadores eram também os mais citados como favoritos em uma pesquisa que – embora divulgada no início de maio – remonta ao mês de março.

Qualquer pesquisa feita quase dois anos antes da eleição poderia ser tomada com ressalvas. Mesmo em condições normais, intenções de voto tendem a ser volúveis. Na atual conjuntura brasileira, os fatos novos e explosivos que têm surgido com frequência poderiam justificar um cuidado ainda maior. Não obstante, análises divulgadas na imprensa já davam como inexorável a reeleição de ambos os senadores, apesar de Perrella aparecer, segundo os mesmos dados, tecnicamente empatado com outros dois candidatos.

Com efeito, o final de maio trouxe importantes mudanças no cenário. A implicação dos senadores Aécio e Perrella nas gravações e delações dos executivos da JBS pode representar um futuro bem diverso do que se insinuava no início daquele mesmo mês. Caso venham a ser, efetivamente, impedidos de concorrer – por razões jurídicas ou por inviabilidade eleitoral – as vagas no Senado passariam a ser disputadas por outros que, antes de maio, talvez não mostrassem tantas possibilidades de êxito.

Esta edição de *Contextus* parte da constatação de que, não importa o cargo que se considere, a situação da disputa, neste momento, não apresenta um quadro mais definido do que esse relativo às vagas do Senado. Interessa, todavia, analisar mais detidamente o quadro eleitoral tal como se encontra em Minas Gerais na medida em que esse esforço permite vislumbrar tendências de posicionamento das principais forças políticas no estado.

Regras eleitorais podem mudar até setembro

A incipiente tentativa de se construírem candidaturas e alianças nos partidos não esconde o estado de perplexidade em que se encontram os políticos. Eles têm assistido, atônitos, a mudanças significativas nas regras eleitorais (como a redução do tempo de campanha e o fim do financiamento por empresas).

Nos últimos vinte anos, a lei eleitoral foi alterada antes de, praticamente, cada pleito. Em 2015, a Lei 13.165 já fez uma reforma significativa, ainda que contestada sob muitos aspectos. Há consequências dessa última mudança que sequer foram completamente assimiladas pelo sistema político do país. Contudo, novas alterações – desta vez, afetando questões de fundo – poderão acontecer.

Tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de reforma política e o presidente da Câmara dos Deputados tem se empenhado para que sejam votados até setembro, de modo a entrarem em vigor já a partir de 2018. Uma comissão especial foi designada para consolidar um projeto a ser apreciado pelo plenário.

Questões polêmicas estão para ser votadas, como a criação de uma cláusula de barreira que impediria o acesso de pequenos partidos ao financiamento do Fundo Partidário, além de várias outras restrições (com destaque para a redução no tempo de rádio e televisão durante as campanhas eleitorais).

Também estão em questão as regras do financiamento eleitoral, visto que a retirada do financiamento por empresas não impede o autofinanciamento que favorece candidatos mais ricos. Parece haver um renovado interesse pelo financiamento público, não apenas pelo fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) haver julgado inconstitucionais as doações empresariais, mas principalmente porque, em 2016, as doações aos partidos e candidatos arrefeceram significativamente. Começa a gozar de apoio considerável a criação de um Fundo Especial para o Financiamento da Democracia (FFD).

Deverão ser apreciados, ainda, a proposta de implantação do voto distrital misto e várias outras medidas em torno das quais, dificilmente, será estabelecido algum consenso. Embora haja diversos outros aspectos em questão, financiamento partidário e sistema eleitoral são o principal foco.

Principalmente partidos de oposição e movimentos sociais têm se manifestado contrários à aprovação de uma reforma política no atual contexto. Consideram que faltariam à atual legislatura as condições necessárias para conduzir – com ampla participação da sociedade – uma reforma política que ultrapasse os limites de uma mera reforma eleitoral.

De acordo com esse ponto de vista, os atuais congressistas, muitos deles envolvidos em irregularidades, podem ocultar, por trás do anteparo da proposta de uma reforma política, o desejo de legislar em causa própria. Estratégias de perpetuação no poder ou medidas contra punições por irregularidades cometidas podem vir a ser contrabandeadas na nova lei eleitoral.

Empresários restringem doações feitas a partidos e candidatos

A proibição do financiamento partidário e eleitoral por empresas deve exigir readequações na forma de se fazer campanha no Brasil. As eleições de 2016, realizadas sob vigência da nova lei, já foram significativamente mais baratas (R$ 2,131 bilhões) do que a anterior, igualmente de âmbito municipal, realizada em 2012, cujo custo se elevou a R$ 6,240 bilhões.

O caso brasileiro de proibição de financiamento empresarial foi objeto de estudo em um centro de pesquisa norte-americano (National Bureau of Economic Research –NBER) que constatou consequências benéficas para a democracia. Os pesquisadores destacam que, com o financiamento mais restritivo, houve aumento do número de candidatos, o que implica maior concorrência.

Candidatos com menor poder arrecadatório passam a ter chances mais equitativas. Houve menos vitórias de candidatos mais ricos (embora

persistam casos emblemáticos da eleição de prefeitos milionários). Com o financiamento por empresas, havia maior probabilidade de que um candidato com grande capacidade de arrecadação alcançasse a vitória.

A terceira consequência apontada pelo estudo foi a redução no número de reeleições em cidades onde houve um teto de gastos menor. Isso permitiu aos pesquisadores sugerirem a hipótese de que a restrição aos gastos também pode diminuir o uso da máquina pública na campanha daqueles que buscam reeleger-se.

Para 2018, há outro fenômeno em andamento que pode impactar a próxima eleição. A multiplicação de denúncias de políticos acusados da prática de caixa dois tem levado parte dos empresários a se declararem temerosos frente à possibilidade de fazerem doações como pessoas físicas. A lei eleitoral estabelece que o cidadão pode doar até 10% do faturamento bruto obtido no ano antecedente ao pleito. Como não se estabeleceu um teto, pessoas com renda maior poderiam doar mais, tornando-se decisivas numa campanha.

Além de a crise econômica enfrentada por vários segmentos ter diminuído a disponibilidade de recursos, há empresários que reclamam da insegurança jurídica. Mesmo uma doação feita sob os estritos termos da lei não asseguraria que o nome de um doador não venha a ser associado ao de um político, futuramente acusado de corrupção. Os casos expostos pela operação Lava Jato, as delações de executivos da Odebrecht e da J&F (controladora da JBS) têm gerado impacto sobre as intenções dos empresários em contribuir.

Negação da política

Não se tem visto, nos partidos políticos, a capacidade para reagir criativamente às mudanças que vêm delineando o perfil do eleitorado. Ressabiado ante os sucessivos escândalos de corrupção, o eleitor tem se mostrado menos disposto a consignar seu voto em políticos tradicionais. Tal padrão de exigência do eleitor não foi, nas eleições de 2016, um motivo para celebrar um suposto aumento da consciência e da participação políticas.

Ao contrário, essas últimas eleições apontaram duas tendências diversas e, possivelmente complementares. Por um lado, elas provavelmente serão lembradas pela vitória da chamada "não política". Em duas das capitais da Região Sudeste elegeram-se candidatos que se diziam alheios à política. Numa terceira, elegeu-se alguém conhecido como liderança religiosa, mais do que pela consistência de sua plataforma política. Pelo país afora, encontram-se casos de pessoas que foram eleitas exclusivamente por sua notoriedade: artistas, comunicadores, desportistas etc.

São fatos que induzem a crer que a projeção midiática do candidato foi determinante na eleição passada. Ao contrário, porém, da tentativa de exposição e ocupação de espaço na mídia, até agora os principais candidatos aparecem timidamente. Na verdade, a conjuntura política vem impondo severas restrições a atos de protagonismo. Mesmo aqueles que ocupam cargos eletivos têm se mantido em relativa discrição. A judicialização da política e a sucessão de denúncias têm transformado rapidamente a autoexposição em propaganda negativa e mesmo em desacreditação e desgraça política. Fatos recentes contribuem para disseminar a suspeita de que o aliado de hoje pode facilmente converter-se no delator de amanhã.

Outro fenômeno associado à desilusão do eleitor com a política é o crescimento do número de abstenções, votos em branco e votos nulos. No segundo turno da eleição de 2016, houve um aumento de 54% no número de votos não válidos, em comparação com o mesmo pleito municipal, ocorrido em 2012. Em razão disso, muitos analistas têm considerado que a reação mais frequente do cidadão médio frente à crise e a descrença nas instituições tende a ser o desprezo pela política.

Efeitos da crise política no cenário mineiro

Já se tornou um lugar-comum dizer que o momento atual se caracteriza por muitas indefinições na política. Em Minas Gerais, parte dessa instabilidade se deve ao fato de que vários dos políticos que há pouco tempo figuravam em papel de liderança foram implicados nisso que se convencionou chamar de "crise política".

Por mais de uma década, a análise no estado focalizou a discussão sobre os rumos dos dois principais partidos (PT e PSDB), visto que as decisões tomadas por essas agremiações determinavam, na maioria dos casos, os rumos das diversas outras legendas, que orbitavam em torno das duas mais expressivas. Foram raras as circunstâncias, nesses anos, em que algum partido foi capaz de se apresentar, de fato, como uma terceira força.

Além disso, em tais circunstâncias, era fácil identificar o protagonismo de um e outro líder em cada partido. Mesmo em edições anteriores de *Contextus* sugeriu-se, mais de uma vez, a persistência, aqui em Minas Gerais, de um modelo político com consideráveis semelhanças com o coronelismo dominante na primeira metade do século passado. Isso se deve à constatação de que há pouca democracia no processo decisório interno das legendas. Muitas vezes, o destino do partido está nas mãos de um líder ou, em alguns casos, um grupo reduzido de militantes são ouvidos. Poucas pessoas têm, de fato, possibilidade de participar nas decisões estratégicas de um partido.

Parece ser ainda cedo para que se diga que esse modelo foi superado ou se a política no estado está apenas atravessando um momento de perplexidade. O fato é que pelo menos duas das principais lideranças estão sob sítio. Não se sabe tampouco se a queda de um ou outro líder é suficiente para fazer os partidos reverem o personalismo que tipificam seu funcionamento.

Pode-se considerar que uma significativa ameaça paira sobre a liderança do governador Fernando Pimentel (PT). Ele pode ter seu destino político selado em julgamentos conduzidos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ainda pesa sobre ele a rejeição de suas contas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) em 2014. Essa desaprovação das contas de campanha foi mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2016.

Também é incerto o destino do senador-afastado e, agora, ex-presidente do PSDB, Aécio Neves, flagrado em gravações ao pedir dinheiro para um empresário. A prisão da irmã e de um primo se revestiu de significado pessoal – além do político – para o senador. Aécio desempenhava um papel central na definição das estratégias de seu partido e esses eventos que o atingem podem ter consequências para seu campo político no estado.

Resta saber em que medida o esvaziamento dos líderes traz impactos sobre os partidos. No caso de Pimentel, há vários desenhos plausíveis, como se discutirá abaixo. No caso de Aécio, sua crise pessoal pode não estar ainda totalmente precificada. Com as informações disponíveis agora, ainda pode ser cedo para avaliar as consequências políticas para ele e seu partido.

Entretanto, em uma pesquisa realizada no começo de junho, após a divulgação do grampo da JBS, menos de 1% dos entrevistados manifestaram intenção de votar em Aécio para presidente da República. Tal quadro pode não ser definitivo, mas mudá-lo pode constituir uma tarefa de considerável complexidade.

Seja como for, tantas acusações de corrupção tornando-se públicas – com destaque particular para aqueles casos no âmbito do Governo Temer – e a implicação do PSDB (principal adversário do PT) podem já estar produzindo algum efeito na sociedade. A reflexão feita na seção acima já aponta para uma tendência de o eleitor lançar na vala comum todos os partidos e abster-se da política.

No entanto, dada crise das instituições democráticas, o eleitor parece pender também para outro lado. Uma pesquisa do Datafolha, publicada no final de abril, mostra que, pela primeira vez em vários anos, o PT volta a crescer na preferência popular. PSDB e PMDB aparecem estagnados no último ano e, somados, detêm a metade dos eleitores que declaram apoiar o PT.

Diversos fatores podem ser evocados ao se refletir sobre esse fato apurado pela pesquisa. Há mais de um ano fora do governo federal e, desde

janeiro, longe da prefeitura da maior capital brasileira, o Partido dos Trabalhadores deixa de ser o alvo de uma indignação genérica que o cidadão brasileiro parece mostrar contra quem está controlando o Poder Executivo. Incapaz de análises mais complexas, é comum que o eleitor canalize sua frustração para algo vagamente percebido como "o governo".

Outro fator – talvez mais relevante – é o descontentamento com as reformas propostas pelo Governo Temer. A maior parte da população (87%) se diz contrária às regras que estão sendo propostas para a aposentadoria. Números semelhantes vêm indicando desaprovação contra a reforma trabalhista. No final de maio, chegou a ser noticiado que o Governo Temer – agora ainda no início do exercício de seu mandato – conta com apenas 5% de aprovação e é menor, portanto, do que a aprovação alcançada por Dilma Rousseff (PT) no final de sua gestão (11,4%).

Por fim, é preciso considerar que a multiplicação das denúncias contribuiu para tornar evidente que a ideia de que um único partido seria o responsável pela corrupção no país era um mito excessivamente simplificador. A mídia teve um papel fundamental na criação desse mito que instigou, na sociedade, uma polarização entre dois partidos. Os fatos recentemente expostos tendem a mitigar, no eleitor comum, a defesa do partido A ou B, já que as principais legendas aparecem comprometidas com esquemas percebidos como ilícitos.

Os dados aqui considerados não permitem supor nem o fim da polarização e nem uma volta do petismo aos seus tempos de melhor êxito. É importante considerar, por exemplo, que no seu último processo de eleição direta (PED) houve um notável encolhimento do Partido dos Trabalhadores. Em cerca de mil cidades não foi possível sequer montar uma chapa para que se elegesse um diretório municipal, substituído, então, por comissões provisórias. Em Minas Gerais, até mesmo uma cidade grande e politicamente importante como Uberlândia ficou nessa situação. As razões para explicar esse fenômeno são diversas e complexas, mas estima-se uma redução de 27% no número de cidades que contam com um diretório municipal petista.

Mesmo devidamente relativizados, esses dados permitem perceber algumas tendências. As denúncias de corrupção e a crítica ao reformismo conservador proposto pelo Governo Temer parece oferecer uma bandeira que fortalece o PT e volta a unir os partidos identificados com valores de esquerda.

No entanto, ao mesmo tempo em que o ex-presidente Lula aparece com cerca de 30% nas intenções de voto, despontam outros nomes com perfis autoritários ou que se apresentam como alguém de fora da política. Segundo a referida pesquisa do Datafolha, entre os eleitores que dizem não ter vínculos partidários, Jair Bolsonaro alcança 76% de intenções de voto. O ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, atinge 81%.

Política, crise e renovação

Analistas vêm sustentando que as próximas eleições promoverão uma renovação dos quadros partidários. Políticos tradicionais envolvidos em denúncias viriam a enfrentar dificuldade para garantir seus mandatos. Outra leitura considera que, feita neste momento, essa é uma aposta temerária, pois muitas perguntas ainda permanecem sem resposta.

A expectativa de renovação depende, por exemplo, da forma como o eleitor médio, alheio às discussões políticas, percebe as denúncias de corrupção que, em tempos recentes, se multiplicaram. Por outro lado, não se pode supor que, tendo, de fato, compreendido a situação, vá agir de maneira coerente.

Ao que parece, as motivações que levam o eleitor ao voto são múltiplas e complexas. Entre a total indiferença e o engajamento ideológico, vê-se uma vasta gama de atitudes em que se passa, por exemplo, pelos mesmos pragmatismos e fisiologismos que, depois, esse eleitor costuma combater na informalidade das redes sociais. Numa espécie de distorção, combate-se a corrupção dos outros, deixando despercebidas as corrupções clandestinas, pequenas ou grandes, da vida cotidiana.

Além disso, há também quem critique as próprias regras de funcionamento da democracia no Brasil que não permite uma participação igualitária. Não haveria, segundo esse olhar, igualdade de oportunidades entre ricos e pobres, nem equidade de gênero ou de raça. A falta de democracia interna nos partidos seria responsável pela exclusão de quem não corresponde a determinados ideais cultivados pelo pequeno grupo que controla as legendas.

Outra crítica é feita às regras que regulam as eleições proporcionais. Um candidato, mesmo obtendo maior número de votos que outro, frequentemente perde a vaga em razão do complexo cálculo percentual por meio do qual os votos são convertidos no número de cadeiras a serem distribuídas entre as coligações e seus partidos.

Sejam quais forem os motivos, é inevitável constatar que as eleições de 2014 foram responsáveis pela condução (ou recondução) deste Congresso que agora se mostra gravemente envolvido em atos de corrupção. Um levantamento da ONG Transparência Brasil já sugeria, em 2016, que quase sessenta por cento dos deputados federais e a metade dos senadores têm pendências judiciais. É importante notar que aquela eleição acontece após as chamadas "jornadas de junho" de 2013, nas quais parte da população foi, em grandes massas, às ruas clamando, entre outras coisas, pelo fim da corrupção.

Outra situação que costuma aparecer nas reflexões sobre esse fato é que o voto do eleitor brasileiro é dado pessoalmente ao candidato. Isso quer dizer que o eleitor escolhe a pessoa, mas não é capaz de perceber, de forma mais ampla, o aparato político e econômico que está por trás de um certo candidato. Daí a tendência de não considerar, por exemplo, o partido político pelo qual aquele candidato está disputando a eleição.

Isso se revela também na tendência do cidadão a julgar que a prática de corrupção é culpa individual do político. Repetindo análises excessivamente simples, transforma a corrupção em uma questão moral, ao invés de percebê-la em seu espectro bem mais amplo das relações políticas. A corrupção fica, então, reduzida a um problema de caráter do político que se perdeu ou que já era, desde o início, uma "má pessoa".

Nessa visão simplista, mais uma vez, não se compreende o papel desempenhado pelo sistema político como um todo. Julga-se, ao contrário, que a corrupção poderia ser superada por um simples ato de vontade do político que recusasse, de forma voluntarista, sua submissão aos esquemas escusos vigentes.

Não parece haver no horizonte algo que motive mudanças de perspectiva no eleitorado brasileiro. Do mesmo modo que não parece possível vislumbrar, no médio prazo, uma efetiva reforma política. Daí erguer-se, com considerável probabilidade, a hipótese de que não é uma tendência a renovação, em nenhuma esfera de poder, nas eleições de 2018. Isso independe do fato de que os eleitos sejam pessoas que venham a disputar cargos pela primeira vez.

O caso mais recente da Câmara Municipal de Belo Horizonte pode ser um notável exemplo dessa situação. Neste início de ano, assistiu-se a um espetáculo de fisiologismo e de clientelismo atuado pelos vereadores da capital, conforme discutido na edição anterior de *Contextus*. O modo de operação daquela Câmara não se alterou, apesar de ter havido 56% de renovação na última eleição. Ao que parece, não se trata de uma questão quantitativa. Tampouco o fato de um candidato estar entrando para a política pela primeira vez representa garantia de renovação efetiva.

Ao contrário, o discurso da "não política", pelo qual candidatos se dizem alheios à política, se mostra falacioso, na medida em que não é possível candidatar-se e manter-se fora das intrincadas negociações políticas. Sobretudo esse discurso carrega em si uma compreensão reducionista que confunde política e conchavos, ao invés de concebê-la como a prática necessária da permanente negociação dos interesses em ação numa sociedade.

Seja como for, já se comenta na mídia que o número dos que pretendem candidatar-se a uma vaga no Parlamento, estadual ou federal, vem crescendo. Afirma-se que metade dos 41 vereadores da Câmara de Belo Horizonte já disse pretender disputar as próximas eleições. Nesse número estão incluídos vários vereadores que foram eleitos para seu primeiro mandato no último pleito.

Essa tendência parece estar em contradição com as restrições no financiamento de campanha, após as regras que impediram doações por

empresas. Como discutido acima, em 2016, mesmo doações legais tiveram redução, em face das denúncias de formação de caixa dois. É razoável supor que este pode se constituir um limitador para candidatos e partidos em 2018.

A política de acomodação

A análise feita nesta edição de *Contextus* não pretende ser exaustiva e nem conclusiva. Como já dito antes, é preciso considerar que – embora decisões importantes estejam sendo construídas agora – veem-se ainda apenas esboços do quadro das disputas que haverão de se efetivar. Mesmo assim, já é possível identificar tendências importantes.

Numa conjuntura conturbada e instável como a que se vive no Brasil contemporâneo, prognósticos feitos a distância de um ano (quando se dará o início efetivo do processo eleitoral) valem como exercício de reflexão. Mais do que a crônica do passo a passo percorrido pelos partidos políticos, espera-se oferecer, nas seções seguintes, alguns indicativos sobre os rumos que estão sendo tomados pelos diversos campos de força política em Minas Gerais.

Eventos como as delações de empresários de grande expressão em seus campos econômicos e a prisão de agentes públicos escancaram o submundo da política brasileira. Poder-se-ia esperar daí, como alguns analistas, uma significativa reestruturação do agir político. Até o momento, porém, os sinais de tais mudanças não se fazem sentir. Da forma como os partidos políticos se alinham para a próxima disputa é possível presumir que pouco (ou nada) vai mudar no modo de se fazer política. Haverá, no máximo, ajeitamentos.

A força dos pequenos partidos

A segunda parte deste texto procura traçar os dilemas e as possibilidades que estão postas para alguns dos campos políticos que atuam no estado. Destaca-se, desde já, o silêncio da mídia, até agora, sobre o comportamento dos menores partidos. Nos últimos anos eles vêm ganhando importância apesar de sua atuação acontecer sempre nas dependências dos partidos maiores.

Sua relevância talvez derive, primeiramente, da dispersão de forças que eles representam. Com efeito, o poder se estilhaça, distribuído entre os 35 partidos hoje registrados no Brasil. Pode-se dizer que, dessa lista, pouco mais do que uma dezena tem atuação efetiva. Apresentando pouca consistência ideológica, eles por vezes se equiparam a grandes legendas pelo pragmatismo em sua conduta.

Como costumam unir-se, entre si ou com outros partidos tradicionais, respondendo a interesses fisiológicos, acabam por constituir um agrupamento de poder importante. Inúmeros casos poderiam ser listados para mostrar como governos têm se tornado reféns dessas legendas, mesmo que, em separado, cada uma delas possua uma pequena fração de poder.

Outro grupo por ora ausente nesta análise é composto pelos partidos que se autodesignam como esquerda. Embora na maioria dos casos também sejam considerados partidos pequenos, eles não costumam se confundir, em seu discurso e em sua prática, com o comportamento eleitoreiro atribuído acima aos pequenos partidos.

Pouco se encontra no noticiário que permita inferir mudanças na estratégia de tais partidos para as próximas eleições. A novidade é que, diante do reformismo conservador do Governo Temer, esses partidos parecem haver reencontrem um discurso similar ao que antes se fazia, nos anos 1990, contra o neoliberalismo e em favor de questões sociais candentes. As manifestações que pedem a destituição ou a renúncia de Michel Temer, a bandeira das “eleições diretas já” e a luta pela manutenção de direitos devem, possivelmente, converter-se em discurso de campanha, caso não haja, até o ano que vem, uma significativa mudança na conjuntura.

FORÇAS POLÍTICAS NAS ELEIÇÕES MINEIRAS DE 2018

Pontos críticos da candidatura de Fernando Pimentel à reeleição

A julgar pelo que vem sendo publicado na imprensa, o governador Fernando Pimentel (PT) aparece como um candidato natural à reeleição pelo seu partido. Não existem, no momento, pesquisas eleitorais que levem em consideração as denúncias mais recentes que abalaram a política no país e lançaram suspeita sobre importantes nomes dos cenários nacional e mineiro.

Os dados publicados mais recentemente remontam ao início de abril. Considerando-se a margem de erro, as pesquisas disponíveis situam Pimentel no patamar dos 20% das intenções de votos. Em se efetivando internamente no PT, sua candidatura possui alguns pontos de força, ao mesmo tempo em que encontra diversos empecilhos a serem superados.

Praticamente desde o início de seu governo, paira sobre Pimentel a ameaça de interrupção de seu mandato por determinação judicial. Em razão disso, uma avaliação do destino político de Pimentel depende de circunstâncias ainda pouco previsíveis, como as possibilidades e condições em que chegará ao final de seu mandato. Essa história vem sendo construída em meio a idas e vindas, envolvendo diferentes instâncias do Poder Judiciário (o TSE, o STJ, o STF...), a correlação de forças na Assembleia Legislativa e a própria satisfação de interesses entre os partidos da base aliada.

No início de junho, Fernando Pimentel (PT) foi inocentado, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de uma ação penal apresentada contra ele. Tal ação referia-se a fatos supostamente ocorridos quando Pimentel ainda era o prefeito da capital. Embora outras duas ações, versando sobre questões potencialmente mais graves, ainda aguardem decisão do STJ, essa decisão representa uma vitória importante no projeto de recondução do governador nas eleições de 2018.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda deve avaliar a abertura de processo contra o governador Fernando Pimentel. A Procuradoria-Geral da República (PGR) o acusa de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Quando era ministro do desenvolvimento econômico, Pimentel teria favorecido empresas em troca de benefícios. A defesa de Pimentel contesta as acusações. Na imprensa, afirma-se que o ministro Herman Benjamim, relator do caso no STJ, deve pedir a abertura do processo com afastamento do cargo. A decisão cabe à Corte Especial, composta por 15 dos 33 ministros do STJ.

Há diversos desfechos possíveis para a situação de Fernando Pimentel. Qualquer uma delas pode mudar significativamente o cenário eleitoral mineiro para 2018. A primeira questão a saber é se, de fato, o julgamento acontecerá antes da conclusão do atual mandato do governador.

Caso aconteça, resta saber se o STJ, aceitando os argumentos da defesa, rejeitará a denúncia. De acordo com a defesa, a investigação, autorizada pela Justiça Federal de primeira instância, já teria começado com um erro. Caberia ao Supremo Tribunal Federal (STF) ter autorizado a investigação contra Fernando Pimentel, que, na época, era ministro de estado, portanto, detinha prerrogativa de foro. Tendo sido eleito governador, apenas o STJ poderia ter dado tal autorização.

O Tribunal poderá acatar ou não esse argumento processual da defesa. Se entender que a acusação deve ser aceita, abrir-se-á o processo. Nesse caso, anda resta saber se o governador permanecerá no cargo ou se será afastado. Havendo afastamento, Pimentel estaria impedido de buscar sua reeleição.

Outra ameaça que paira sobre Pimentel é a CPI do Mineirão, cuja instalação, neste mês de junho, foi recusada na Assembleia Legislativa. Foi a quarta vez que se propõe a criação de uma comissão parlamentar para investigar denúncias relativas às obras de reforma desse estádio. Desta vez, o motivo foi a denúncia de que R$ 30 milhões teriam sido repassados pela JBS ao gover-

nador por meio da compra de ações da Minas Arena.

A apuração dessa denúncia não interessa à base aliada. Também não interessa à oposição já que a reforma do estádio aconteceu durante o governo do PSDB. Tampouco interessa ao grupo dito "independente", porque, ao contrário do que indica esse rótulo, tais parlamentares participaram tanto do governo tucano como do petista. Assim, na atual conjuntura, essa ameaça sobre Pimentel aparece neutralizada, mas não se pode descartar que uma mudança no quadro atual possa torná-la viável.

Outro argumento que vem sendo usado para tratar dos pontos fracos da campanha de Pimentel à reeleição é a suposta escassez de realizações de seu governo. Nas publicidades veiculadas, em tempos recentes, a respeito de suas ações, o Governo tem retomado o principal mote utilizado durante as eleições de 2014, isto é, a descentralização e a participação popular. Contudo, a oposição tem censurado ao governo o fato de dizer que está ouvindo o cidadão, mas não estar exibindo resultados dessa escuta.

De acordo com o discurso governista, é preciso relativizar esse argumento, considerando o enfrentamento da maior crise econômica da história do Brasil, a crise política e as contas do estado, recebida do governo anterior. (A "herança maldita", tal como dizem governistas sob protestos do PSDB.)

De fato, parece que – em se garantindo sua permanência até o fim do mandato – o principal desafio do Governo Pimentel, tendo em vista a disputa eleitoral, é fazer-se capaz de sustentar, junto aos meios de comunicação e à opinião pública, uma narrativa positiva a respeito de suas ações no estado.

Alguns pontos de força da candidatura de Pimentel

Por outro lado, Pimentel conta também com condições que lhe podem ser amplamente favoráveis. Uma de suas vantagens competitivas é o fato de deter a máquina pública. Num estado composto por 853 municípios, mesmo mantendo-se no estrito limiar da legalidade, são muitas as possibilidades de se oferecerem parcerias a prefeitos e outras lideranças locais que impliquem, como contrapartida, o apoio à reeleição.

Além disso, a exposição pública do senador-afastado Aécio Neves (PSDB) acusado de solicitar dinheiro da empresa JBS, ao mesmo tempo em que ameaça o futuro político do senador, constitui um elemento de força para a reeleição do petista Fernando Pimentel. Além do desgaste da imagem do senador junto ao eleitorado, um importante impacto dessas revelações é a fragilização da sistemática oposição que o PSDB e seus aliados faziam na Assembleia Legislativa. Sem o PSDB para capitanear os partidos de oposição no Legislativo, a oposição teve reduzida a acuidade de seu foco e terá de reencontrar o tom para seu discurso.

Pensando as possíveis alianças a serem feitas pelo PT, emerge como seu principal aliado o PMDB. Há certamente outros partidos que se reuniram em apoio ao Governo Pimentel. Nenhum deles, porém, tem para oferecer uma capilaridade tão grande como aquela alcançada pelo PMDB em Minas Gerais. Trata-se de um dos maiores partidos, já que, de acordo com dados do TSE, ele saiu das eleições de 2016 com 161 prefeituras (crescimento de 40% em relação ao pleito anterior) e 1060 vereadores em todo o estado.

Contudo, há que se considerar a ambiguidade do PMDB. Aparecendo como uma alavanca positiva, o PMDB é capaz de contribuir significativamente para a reeleição de Pimentel, assim como já se mostrou determinante em 2014. Por outro lado, esse partido pode se transformar numa ameaça constante ao governante quando seus interesses de poder não são contentados e ele se converte, por sua prática, em um poderoso adversário – situação bem traduzida na expressão "fogo amigo".

A permanência do PMDB no poder desde o fim da ditadura civil-militar é a expressão mais comum do pragmatismo político e da ideologia diáfana que o caracterizam. Fragmentado por incontáveis divisões internas, possui diversos núcleos de força que se agrupam em torno de lideranças com influência mais ou menos circunscritas geográfica e politicamente.

As seções seguintes abordam dois desses agrupamentos que, durante o Governo Pimentel, se confrontaram, constituindo-se, um deles, como precioso aliado; o outro, como ferrenho opositor. O primeiro grupo pode ser personificado na atuação do presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Adalclever Lopes (PMDB). O segundo grupo é capitaneado pelo vice-governador e presidente estadual da legenda, Antônio Andrade (PMDB).

O PMDB aliado a Fernando Pimentel

O presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes (PMDB), tornou-se um dos principais aliados do governador, principalmente em face da atitude do vice-governador Antônio Andrade que se pôs em aberta oposição a Fernando Pimentel (PT). Na mesma medida em que, por sua postura, Andrade assistiu à restrição de seu espaço político, o protagonismo de Lopes no Legislativo o coloca em uma situação de poder que favorece sua liderança entre parlamentares, dentro e fora de seu próprio partido.

Sua proeminência se mostrou, simbolicamente, em sua capacidade de atrair prefeitos, vereadores e outras lideranças políticas, de diversas partes do estado, para a inauguração da sede regional da Fundação ligada a seu partido. Inaugurou-se um espaço que lhe servirá de alternativa à sede partidária onde despacha o presidente do partido, Antônio Andrade.

Vem sendo atribuído a Adalclever Lopes o mérito de haver conseguido garantir, no final de maio, a presença dos deputados em plenário para votar projetos de interesse do governo. Havia mais de três meses que nenhuma votação acontecia na Casa. Lopes teria, então, mediado os acordos necessários para a votação dos projetos que criam diversos fundos que, segundo o discurso oficial, constituirão incentivo ao investimento. De acordo com o governo, a venda ou hipoteca de, aproximadamente, cinco mil imóveis podem tirar do vermelho as contas do estado.

Poder Legislativo e compadrio

Há que se considerar, no entanto, que a fidelidade dos deputados estaduais vem sendo mantida graças ao pagamento de emendas parlamentares. Em meados de junho, notícias davam conta de que as emendas de 2016 estavam praticamente quitadas (aproximadamente R$ 115 milhões). De acordo com a declaração de um deputado governista, mesmo emendas de 2013, que remontam ao período de gestão do PSDB, estariam sendo pagas agora, não obstante a crise que, nos últimos anos, reduziu drasticamente as receitas do estado.

Essa informação contrasta com o fato de que, há mais de um ano, o Governo Pimentel vem pagando os salários do funcionalismo de forma escalonada. Investimentos vêm acontecendo de forma bastante contida. O pagamento de emendas parlamentares, contudo, converte-se numa prioridade absoluta e segue em dia.

Tal fato revela como, no Brasil, a constituição de "governos de coalizão" transforma o Poder Executivo num refém dos interesses, nem sempre transparentes, do Poder Legislativo. Essa estrutura se reproduz, sem exceção, nos planos federal, estadual e municipal. A recíproca sustentação política por meio da troca de apoio entre os controladores dos dois Poderes parece sobrepor-se ao interesse popular que deveria preconizar o investimento em políticas públicas.

Ainda no mês de junho em curso, abre-se o prazo para que os deputados comecem a fazer suas sugestões de emendas ao orçamento de 2017. Cada um dos 77 deputados pode propor emendas no valor de R$ 1,5 milhão a cada ano.

Fazem-se muitas críticas a esse dispositivo legal. Principalmente acadêmicos e movimentos sociais consideram que parlamentares não têm por função determinar a execução de obras. Veem tal atravessamento sobre as atribuições do Executivo como uma forma de manutenção, pelos parlamentares, do clientelismo. Trata-se, contudo, de uma prática muito difundida. Existe nas

câmaras de vereadores, nas assembleias estaduais e na Câmara federal. É legal, embora muitos questionem sua legitimidade e até sua moralidade.

Ganhos recíprocos na aliança entre PT e PMDB

Do que ficou dito acima pode-se inferir que a fidelidade da bancada estadual do PMDB à aliança com o PT não é gratuita, como por vezes pode parecer. A troca de favores ultrapassa essa possibilidade de se legitimar junto a suas bases eleitorais pela indicação de obras que, ademais, deveriam ser responsabilidade exclusiva do Poder Executivo. A coligação com o PT traria outros ganhos para os deputados do PMDB. Pelo menos essa é a análise feita por um político do próprio PMDB, publicada num jornal da capital. Segundo essa fonte, a manutenção da chapa com o PT ofereceria, como mais um ganho adicional, o aumento das chances de reeleição dos deputados estaduais do PMDB.

O argumento é expresso nos termos seguintes. Caso em 2014, tivesse havido, por exemplo, uma coligação do PMDB com o PSDB para as eleições proporcionais, a bancada estadual do PMDB – hoje com treze deputados – ficaria reduzida a cerca de dois ou três parlamentares. Isso se deve ao fato de que os deputados eleitos na chapa do PSDB obtiveram, em números aproximados, acima de 58 mil votos, ao passo que os do PMDB receberam menos do que isso. O próprio Adalclever Lopes (eleito com 58.180 votos) teria ficado próximo da linha de exclusão. Parte dos deputados que o apoiam não teriam sido eleitos se a coligação tivesse acontecido com os tucanos ao invés dos petistas.

O raciocínio – reproduzido aqui tal como publicado – não considera o fato de que a inclusão dos votos obtidos por candidatos do PMDB moveria a linha a partir da qual se separam os candidatos eleitos e os não eleitos. Isso torna tal projeção um pouco mais complexa, na medida em que uma variável nova é incluída. De qualquer forma, esse cálculo é importante para os deputados, preocupados em garantir para si as melhores condições possíveis ao enfrentarem a disputa pela reeleição.

A intensidade da disputa dentro do seu próprio partido acrescenta-se como mais uma preocupação para os deputados do PMDB. Um jornal da capital chega a registrar que, dos treze deputados estaduais, quatro tencionam mudar para uma legenda menor que lhes ofereça melhores condições para o embate nas urnas.

O homem forte do governo

Para além das disputas internas em seu partido, Adalclever se constituiu como um homem forte do Governo Pimentel, num momento em que o destino do governador pendia das mãos do presidente do Legislativo. Enquanto persistia a querela jurídica discutindo a necessidade de o Parlamento autorizar a abertura de um processo contra o governador, Adalclever se tornara a figura-chave para evitar o possível impedimento de Fernando Pimentel.

Tratava-se de uma circunstância que, guardadas as devidas distinções, sob vários aspectos, fazia lembrar o final do Governo Dilma e sua relação com o presidente do Congresso. Naquela situação, a atitude do vice-presidente, do presidente do Legislativo e da bancada parlamentar – todos do PMDB – foi determinante para o *impeachment* da ex-presidente.

Não faltaram, nesse período, análises que percebessem essa analogia. Há razões para supor que tampouco ao governador e seu partido tenha faltado essa percepção. Esse pode ter sido um fator responsável pelo poder conquistado pelo deputado Adalclever Lopes em sua relação com o Governo Pimentel.

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal em virtude da qual o aval da Assembleia Legislativa não é requerido para a abertura de processo contra o governador, parte do poder concentrado por Adalclever pode começar a se esvaziar.

Dentro de seu partido, o futuro de Adalclever parece ligado ao destino de Andrade. Em sendo

este último reconduzido à presidência do PMDB, Adalclever pode se encaminhar para a disputa de uma vaga como deputado federal. A derrota de Andrade, contudo, pode viabilizar a candidatura de Adalclever a vice-governador, ao lado de Pimentel que, possivelmente, tentará a reeleição.

Havia a expectativa de que, em 2017, houvesse eleições internas no PMDB, que poderiam levar à substituição de Andrade. Seu principal oponente seria, possivelmente, o presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes. No entanto, em meados de maio, Andrade anunciou que não acontecerá a disputa prevista para este ano. Minas Gerais não é exceção. O mandato de diretórios municipais, estaduais e nacional do PMDB foi prorrogado em todo o país.

Outra linha de análise, afirma que a permanência de Andrade na presidência do partido, como discutido abaixo, pode acabar reaproximando Antônio Andrade, Adalclever Lopes e até mesmo o governador Fernando Pimentel.

O PMDB na oposição

No final de maio, o vice-governador e presidente estadual do PMDB, Antônio Andrade, tentou criar um fato político ao anunciar o rompimento com o Governo Pimentel. Isso ocorreu poucos dias após o governador haver demitido, da Gasmig, o filho do vice-governador.

O anúncio feito por Andrade, porém, não representa uma novidade, dado que, já em setembro de 2016, ele havia se aproximado publicamente do PSDB, apostando que poderia repetir-se em Minas a mesma aliança que levou, no plano nacional, à deposição da ex-presidente Dilma Rousseff. Na imprensa chegou a ser dito que até mesmo o secretariado do suposto novo governo já estava sendo discutido.

Como não aconteceu a queda de Pimentel, a malograda aliança com os tucanos mostrou-se precipitada. Ainda mais, o PMDB não acompanhou Andrade nesse movimento e o vice-governador com seu grupo de sustentação foi ficando sempre mais isolado.

Aliados do vice-governador foram demitidos e lhe foi vedado até mesmo o uso de aeronaves do governo. A demissão do filho de Andrade é apenas o mais recente episódio dessa história já marcada por tantos tensionamentos. Na imprensa, a demissão foi atribuída à pressão exercida pela bancada de deputados estaduais do PMDB e pela forte influência de Adalclever Lopes.

Não é possível dizer ainda se esse último fato impede definitivamente as possibilidades de conciliação entre o governador e seu vice. Na imprensa mineira, chegou-se a dizer que Antônio Andrade ainda teria outros apadrinhados ocupando cargos no governo.

Para justificar sua ruptura com o governador, Andrade reclama de que os acordos feitos durante a campanha não foram cumpridos. Diz que o estado está parado e que Pimentel não fará as reformas que, segundo Andrade, deveriam ser feitas. Com isso, o estado estaria perdendo sua importância no cenário nacional. Declarou-se pronto para assumir o governo, caso o STJ impeça Pimentel de terminar seu mandato.

Hoje, a relação do Governo com o PMDB não é mediada pelo vice-governador, mas sim, pela bancada estadual na Assembleia Legislativa. Adalclever Lopes é um dos principais interlocutores. Portanto, as declarações de Andrade, por si só, parecem não ameaçar as relações entre PT e PMDB.

Andrade mantém-se no comando do partido e teve seu mandato prorrogado. Há quem o descreva como próximo do PMDB do presidente Temer. Ele havia também se aproximado do PSDB. Acontece que o próprio presidente da República e políticos do PSDB vêm enfrentando gravações e delações que pretendem associá-los a práticas ilícitas. Verdadeiras ou não, as acusações já potencializam um significativo estrago político.

Como resultado, o PSDB pode estar vivendo um momento de perplexidade, em razão da qual sua capacidade de mobilização política parece reduzida. Debilitado como aliado, esse partido deixa ainda mais enfraquecido o vice-governador mineiro.

Além disso, há que se considerar que a delação de um executivo da JBS implicou também Antônio Andrade, cujo nome é citado nas plani-

lhas que registram repasses feitos, pela JBS, a políticos. Segundo consta, os documentos foram entregues pelo delator ao Ministério Público Federal. O andamento dessas investigações pode desfavorecer o vice-governador em sua campanha dentro do partido.

Em maio, durante um evento da Associação Mineira dos Municípios (AMM), Antônio Andrade chegou a anunciar como provável uma aliança com o PSDB em 2018. Um aliado político chegou a sugerir aquela que seria a "chapa ideal", tendo o ex-presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro (PP), como candidato a governador, e o deputado federal Rodrigo Pacheco, como candidato a vice-governador.

As declarações de Andrade expõem a divisão interna de seu partido, já que a bancada estadual do PMDB, encabeçada por Adalclever Lopes, defende a reeleição de Pimentel (PT), tendo, talvez, o próprio Adalclever como candidato a vice-governador.

As gravações que implicaram o senador Aécio podem ter mudado completamente esses planos, visto que o PSDB vem sendo considerado como frontalmente afetado pelas novas acusações. O tamanho do desgaste daí decorrente junto ao eleitorado ainda precisa ser medido. Por enquanto, ainda que plausível, é apenas uma suposição. O fato é que o próprio PSDB parece estar buscando um plano B, que seria a eleição de um nome dentre seus tradicionais aliados. É nesse contexto que emerge o nome de Diniz Pinheiro (PP).

Perspectivas eleitorais no campo do PSDB

A candidatura de Dinis Pinheiro está estreitamente ligada ao esvaziamento enfrentado pelos tucanos após as denúncias envolvendo a principal liderança do PSDB. A fragilização da liderança de Aécio oferece a possibilidade para que os partidos que sempre constituíram a zona de influência dos tucanos agora busquem alçar voos próprios.

Notícias divulgadas na imprensa dão conta de que esses partidos (DEM, PDT, PTB e PP) estão em busca de um nome para disputar o governo do estado. Exige-se alguém que não tenha sido envolvido em esquemas escusos. Segundo se diz, tal candidato ideal tampouco poderia já ter disputado cargos majoritários.

Supostamente, Dinis Pinheiro (PP) teria esse perfil. Como deputado estadual, foi presidente da Assembleia Legislativa quando ainda era filiado ao PSDB. Mudou de partido para disputar, pelo PP, a vaga de vice-governador ao lado do candidato majoritário, Pimenta da Veiga (PSDB), em 2014. Há quem afirme que, naquela ocasião, Dinis teria mudado de partido por ter sido preterido em sua legenda de origem.

Outros enxergam nisso apenas uma tática do próprio PSDB para viabilizar a composição da chapa com o PP. Pelo menos, antes dos fatos recentes que abalaram os rumos da disputa eleitoral de 2018, circulavam notícias de que Dinis voltaria a mudar de partido para participar da disputa. Seu destino aventado como provável era o DEM.

Em se apresentando um candidato desse grupo contra o atual governador que busca reeleição, o eleitor estaria diante de um desenho já bastante conhecido em todas as disputas eleitorais há décadas. Do ponto de vista do conteúdo da campanha, num cenário como esse, é pouco provável escapar da comparação entre os dezesseis anos de governo tucano e os quatro anos de governo petista.

Tendo estado no governo por mais tempo e em conjunturas mais favoráveis, o PSDB pode estar em uma posição mais favorável do que seu adversário. Há razões para afirmar que foi fechada para esse partido a possibilidade de usar o discurso contra a corrupção petista como plataforma eleitoral.

Independentemente de haver (ou não) provas de seu envolvimento em atos ilícitos, a insistência sobre esse tema enfrentaria o desafio de convencer um eleitor que parte do princípio de que todos os partidos são igualmente corruptos. Tecnicamente, esse trabalho de convencimento exigiria um longo trabalho de marketing. Tempo é algo de que, definitivamente, os partidos políticos não dispõem mais, dadas as atuais regras eleitorais.

Contudo, falta hoje ao PSDB, em sua própria seara, um candidato eleitoralmente viável e capaz de tal enfrentamento. Se aceitasse candidatar-se, o senador Antonio Anastasia poderia reunir os dois perfis, mas ele tem se mostrado resistente a essa oferta. Além disso, ele próprio deve responder, no STF, por supostas irregularidades apontadas na delação da Odebrecht.

Daí o recurso a um nome que venha do grupo de seus aliados tradicionais. Antes mesmo da atual reviravolta, já vinha sendo apontado um certo constrangimento na relação do PSDB com os demais partidos, seus tradicionais aliados, que vinham reclamando do centralismo tucano. O grupo dos tradicionais aliados já vinham amargando descontentamento com a legenda principal depois da derrota que sofreram em 2014, quando perderam o governo de Minas para o rival Partido dos Trabalhadores. Ressentiram-se da imposição de um candidato afastado há anos da política local.

Dois anos depois, foram derrotados na disputa pela prefeitura da Capital. Em ambos os pleitos, os tucanos teriam arrogado para si o bônus de indicar o nome que ocuparia a cabeça de chapa, impondo-se sobre os demais. Com a derrota, essa prerrogativa foi convertida em responsabilidade e culpa, tal como transparece em certas narrativas dos aliados, fragmentariamente reproduzida na imprensa.

Seja como for, passados a comoção inicial e o alarde feito pela mídia a respeito da delação que comprometeu Aécio Neves, várias questões vitais para o destino do PSDB carecem ainda de resposta. A primeira questão diz respeito à forma como vai se comportar o eleitor em face desses acontecimentos.

Nas análises midiáticas tem prevalecido o julgamento de que o desgaste – pelo menos para o senador Aécio Neves – é irreversível. O histórico de políticos também envolvidos em graves acusações permite suspeitar de um veredicto tão definitivo. Neste momento, os fatos ainda estão em andamento. Não parece que já se possa vislumbrar a real extensão dos danos sofridos por ele e tampouco estimar o tempo necessário para a remissão junto ao eleitorado. Parece plausível a constatação de que uma candidatura do senador a cargos majoritários pode, no curto prazo, estar excluída. Circulam, porém, opiniões que consideram que uma candidatura a deputado federal ainda possa estar no horizonte do senador Aécio Neves.

Deve-se considerar, no entanto, que o STF ainda deve decidir se o senador-afastado será preso. Em análises divulgadas na imprensa nacional, diversos juristas têm avaliado que dificilmente essa prisão teria base jurídica. Detentor das prerrogativas do cargo de senador, um entendimento novo sobre o flagrante teria de ser criado para fundamentar a decisão de prendê-lo.

Notícias veiculadas pela imprensa mineira já na segunda quinzena de junho indicam os movimentos que, recluso em sua casa em Brasília, o senador vem fazendo. Suas prioridades seriam evitar o isolamento político e impedir que venha a perder seu mandato no Senado. Por outro lado, manter a relação com os partidos que sempre estiveram ao redor do PSDB é indispensável para evitar que sua base em Minas Gerais se desfaça. A terceira frente é sua defesa pública.

É praticamente unânime entre os analistas a constatação de que a permanência do PSDB no Governo Temer foi o preço pago pela legenda para a manutenção do mandato do senador. Uma mudança nos termos desse acordo, porém, seria possível se o STF viesse a determinar a prisão de Aécio.

Outros nomes para governador

Como costuma acontecer, a lista dos possíveis candidatos aos cargos majoritários nas eleições de 2018 já começa a se dilatar e tende a crescer até o período das convenções partidárias (julho a agosto do próximo ano), quando voltam a afunilar. Hoje têm sido citados com frequência, como possíveis candidatos a governador, os prefeitos de Betim, Vitório Medioli, e o de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, ambos hoje filiados ao PHS. Os próximos meses hão de revelar a efetividade dessas notícias.

Por outro lado, um declarado candidato a esse posto no Executivo mineiro é o ex-prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB). Como pre-

sidente estadual de seu partido, Lacerda fez várias viagens ao interior de Minas, buscando com isso legitimar-se como candidato ao governo do Estado.

Além do fato de que, em fevereiro, o presidente nacional da legenda já havia apresentado Lacerda como candidato ao governo, essa condição também fica evidente pela reiterada presença dele nos programas partidários que vêm sendo veiculados, em rádio e TV, neste mês de junho.

Várias são, porém, as situações com que Lacerda tem que lidar no caminho para confirmação de sua candidatura. Uma delas é a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que se propõe a apurar, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, supostas irregularidades que teriam acontecido na empresa PBH Ativos durante sua gestão à frente da Prefeitura da capital.

Outra questão a ser enfrentada é a disputa no âmbito do próprio PSB. Lacerda assumiu um desgaste interno pela forma como conduziu as alianças em relação a sua própria sucessão nas eleições para a Prefeitura de Belo Horizonte em 2016. Além de perder o comando da capital, o partido se reduziu a três vereadores. No mandato anterior, havia conquistado seis vagas.

A julgar pelas notícias divulgadas na imprensa mineira, pode estar em andamento uma articulação para substituir Marcio Lacerda no comando da legenda. Em seu lugar entraria o prefeito de Contagem. Alex de Freitas acabou filiando-se ao PSDB quando seu partido de origem, o PSB, no início de 2016, havia decidido apoiar a reeleição do ex-prefeito Carlin Moura (PCdoB). A migração para o PSDB viabilizou sua candidatura. Agora diz-se que ele poderia voltar.

Mesmo que a recondução de Alex de Freitas ao PSB não seja fato, notícias como essa parecem sinalizar uma insatisfação interna com a presidência de Lacerda no partido. Favorável às reformas defendidas pelo governo federal e colocando-se sempre próximo aos projetos do PSDB, Lacerda parece enfrentar a oposição daqueles que defendem outro posicionamento para o PSB.

Para a eleição interna, que acontecerá nos próximos meses, formaram-se três chapas. Já tem sido dito que, em sendo derrotado seu candidato, Lacerda poderia buscar outro partido.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205
30.535-901 - Belo Horizonte – MG
Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:
Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves